



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL



**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTAVEL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
2021 – 2026**

Macapá
2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

GESTÃO 2021-2023

Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
Presidente

Desembargador CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

Desembargador AGOSTINO SILVÉRIO JUNIOR
Corregedor-Geral de Justiça

COMISSÃO TJAP SOCIOAMBIENTAL

GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
Desembargador

NILTON BIANQUINI FILHO
Juiz Auxiliar da Presidência

JOÃO DE SOUZA TRAJANO
Diretor da Assessoria de Planejamento e Organização

LUIZ FELIPE DE BARROS ZAMPA
Gestor do Núcleo Socioambiental

RILDOMAR JUCÁ LEITE FERREIRA
Diretor da Divisão de Gestão de Patrimônio

GILBERTO DA SILVA DUARTE
Diretor da Divisão de Gestão de Material

DEMÓSTENES SILVA RAMOS
Técnico Judiciário - ASPLAN

Macapá
2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021 - 2023

MISSÃO

Garantir cidadania plena por meio de um sistema de justiça integrado, ágil, efetivo e acessível.

VISÃO

Garantir justiça a todos de forma rápida, eficiente e sustentável.

ATRIBUTOS DE VALOR

Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

APRESENTAÇÃO

A superfície do Planeta Terra recebe constantemente radiação solar, tendo como influencia direta nas mudanças climáticas o aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera. Boa parte desta radiação é refletida de volta a superfície da Terra e outros componentes da atmosfera, fazendo com que e cause o aumento da temperatura média do planeta, o que chamamos de aquecimento global. A quantidade de CO₂ na atmosfera aumentou mais de 32% desde a Revolução Industrial, este aumento relacionado, principalmente, com a queima de combustíveis fósseis, além das queimadas de florestas e atividades industriais.

No entanto, tem-se observado nas últimas décadas que o aumento na temperatura média do planeta tem ocorrido cerca de 50 vezes mais rápido do que no ciclo natural. De acordo com modelos do IPCC, em 2100, o planeta deverá ter um aumento na sua temperatura entre 2°C e 4,2°C acima da temperatura do período pré-industrial. As mudanças climáticas já vêm causando diversos impactos em todo o mundo, diante disso, é essencial que as administrações públicas busquem maneiras de atenuar essas mudanças, reduzindo a emissão de gases do efeito estufa, aumentando o investimento em energias limpas, adotando ações de resultados imediatos na preservação do meio ambiente, garantindo um futuro saudável para as próximas gerações.

A floresta Amazônica funciona como grande armazém de carbono, o qual se encontra estocado nos tecidos vegetais. Quando a floresta é derrubada e queimada, este carbono é liberado para a atmosfera, o que contribui para o aumento da temperatura da Terra devido ao efeito estufa. A partir deste fato pode-se perceber a importância da floresta Amazônica, cujo representa um terço das florestas tropicais do mundo, além de conter mais da metade da biodiversidade do planeta. A região Amazônica tem um papel preponderante no uso múltiplo dos recursos hídricos, pois concentra 20% da água doce do planeta. A manutenção das florestas evita erosões, assoreamentos e garante alimento para vários organismos aquáticos.

A partir deste fato pode-se perceber a importância da floresta Amazônica, cujo representa um terço das florestas tropicais do mundo, além de conter mais da metade da biodiversidade do planeta. Processos como a evaporação e a transpiração de florestas também ajudam a manter o equilíbrio climático fundamental para outras atividades econômicas, como a agricultura. A região Amazônica tem um papel preponderante no uso múltiplo dos recursos hídricos, pois concentra 20% da água doce do planeta. A manutenção de florestas nas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

margens de rios evita erosões, assoreamentos e garante alimento para vários organismos aquáticos.

Em um curto espaço de poucas décadas, o mundo se tornou mais ágil e dinâmico, nossa realidade é, a cada dia, mais fluida impactando profundamente os ambientes de negócios. O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo, surgiu originalmente, em um contexto puramente ambiental, mais precisamente na década de 1980, quando se popularizou através da publicação de um relatório inovador da ONU: Nosso Futuro Comum. No decorrer do tempo, esse termo começou a ser aplicado em outras áreas, como no mundo corporativo. A gestão sustentável passou, então, a integrar os objetivos estratégicos de muitas organizações, agindo como um tripé da sustentabilidade, onde o social, ambiental e econômico deve estar em constante harmonia.

O debate sobre sustentabilidade, já ultrapassou barreiras regionais, suas proporções são internacionais, de modo que, em ação conjunta na sede das Nações Unidas, em 2015, foram criados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são objetivos globais, os quais foram integrados à Administração Pública Brasileira, bem como ao Poder Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça, que impulsionou a instrumentalização da sustentabilidade no Poder Judiciário mediante a criação do Plano de Logística Sustentável (PLS), disposto pela Resolução nº 201/2015-CNJ, passando por reformulação através da Resolução nº 400/2021-CNJ, que, além de ser uma peça que deve ser vinculada à Estratégia, declara a responsabilidade social e ambiental como valor institucional.

Nas páginas a seguir, está o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, apresentando o panorama atual das unidades administrativas, judiciárias e as metas serão implementadas nos próximos anos. Contendo o inventário de bens e materiais adquiridos com a utilização de critérios sustentáveis; as práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços já adotados e as que ainda pretendemos adotar e ações de divulgação, conscientização e capacitação visando sensibilizar nossos servidores. Sabemos que sustentabilidade implica, mais do que adotar critérios para reduzir o desperdício e a degradação ambiental, respeito ao futuro da nossa comunidade e do próprio planeta. O percurso para isso não será jamais fácil; mas o TJAP está preparado para este desafio.

Desembargador Rommel Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

METODOLOGIA ALINHADA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano de Logística sustentável do Poder Judiciário do Estado do Amapá foi elaborado tendo como tema direcional Responsabilidade Social, com o objetivo de fortalecer a atuação socioambiental, alinhado com o Planejamento Estratégico 2021-2026 do TJAP. Seu objetivo foi promover e desenvolver ações que contribuíssem para a disseminação da relevância dos aspectos relacionados ao meio ambiente e a projetos de inclusão social, fortalecendo a consciência dos direitos, deveres e valores. Assim, para efetivação do objetivo estratégico delineado pelo TJAP, foi instituído o Programa TJAP Responsável.

O PLS/TJAP 2021-2026 é o resultado do trabalho conjunto da Comissão de Gestão Socioambiental e unidades gestoras dos indicadores do CNJ. A partir das reuniões conjuntas da Comissão, Presidência, a Secretaria Geral as metas dos indicadores foram propostas tendo como base os resultados obtidos no ciclo anterior, a realidade atual e o caminho que o poder judiciário amapaense deseja seguir. As ações que impulsionarão o atendimento das metas estipuladas serão redirecionadas, a partir da publicação do Plano de Ações.

Instituindo novas práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade no uso dos recursos e serviços, visando melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho no TJAP, sensibilizando e promovendo, cada vez mais, a capacitação do quadro de pessoal e público externo, quando necessário, acerca da importância do consumo consciente, redução de custos, combate a desperdícios, economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, ao planeta e à prosperidade, que também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhecendo a erradicação da pobreza como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Objetivos e metas compõem a Agenda.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas são considerados os legados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Assim, os ODS estimulam ações em cinco áreas cruciais para a humanidade: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

A Agenda reconhece a necessidade de se construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que tenham como fundamento o respeito aos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, o efetivo Estado de Direito e a boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais.



Fonte: Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

PAINEL DE OBJETIVOS PLS 2021 – 2026

Objetivo 01	Aprimorar a gestão sustentável de estoque, material de consumo e bens permanentes no TJAP.
Objetivo 02	Racionalizar o uso dos copos descartáveis no TJAP.
Objetivo 03	Racionalizar o uso de água mineral engarrafada no Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 04	Reduzir a quantidade de impressão de papel no Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 05	Aperfeiçoar a gestão de frota de veículos no Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 06	Aperfeiçoar a gestão de combustível no TJAP.
Objetivo 07	Fomentar a sustentabilidade nas contratações do Poder Judiciário.
Objetivo 08	Assegurar a gestão sustentável dos gastos com serviços de material de limpeza no Poder Judiciário do Amapá.
Objetivo 09	Reduzir os gastos com água tratada e esgoto no âmbito do Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 10	Reduzir o consumo de energia elétrica no Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 11	Adequar às edificações do Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 12	Aprimorar o Serviço de Comunicação Unificada no Poder Judiciário Amapaense.
Objetivo 13	Destinar os resíduos do Poder Judiciário do Estado do Amapá de forma ambientalmente correta.
Objetivo 14	Promover a qualidade de vida para servidores e magistrados com um ambiente de trabalho seguro e saudável
Objetivo 15	Formar pessoas comprometidas com a sustentabilidade, qualidade de vida e redução de impactos ambientais.
Objetivo 16	Capacitar e sensibilizar, diretamente, magistrados e servidores na temática de Sustentabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

PAINEL DE METAS PLS 2021 – 2026

META 01	Implantar 100% da Política de Gestão Sustentável de Material de Consumo e Bens Permanentes no TJAP até 2026.
META 02	Reduzir, anualmente, em 5% o consumo de copos descartáveis até dezembro de 2026.
META 03	Reduzir, anualmente, em 10% do consumo de água mineral envasada em garrafas de 1,5L, até 2026.
META 04	Reduzir em 8%, anualmente, a quantidade de impressão de papel no Poder Judiciário do Estado do Amapá, até 2026.
META 05	Reduzir em, no mínimo, 5% o consumo de combustível fóssil, da frota própria, até dezembro de 2026.
META 06	Garantir que 100% das obrigações à adoção de boas práticas ambientais sejam cumpridas pela prestadora do serviço de limpeza, até 2023.
META 07	Reduzir em 10% os gastos com água tratada e esgoto no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, até 2026.
META 08	Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica por m2 de área construída do Poder Judiciário do Amapá, até 2026.
META 09	Adequar, até 2023, 100% das edificações do Poder Judiciário Amapaense.
META 10	Adequar o Sistema de Comunicação Unificada, até 2023, para que 100% das ligações telefônicas intrainstitucionais sejam realizadas mediante o sistema, sem geração de custo adicional ao serviço de telefonia.
META 11	Aumentar em 10% o volume de resíduos destinados de forma ambientalmente correta, anualmente, até 2026.
META 12	Aumentar 2%, anualmente, o Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho até 2023.
META 13	Capacitar e sensibilizar os magistrados, servidores e terceirizados, anualmente na temática de Sustentabilidade.
META 14	Reduzir em 5%, anualmente, a quantidade de impressão de papel no Poder Judiciário do Amapá, até 2026.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

1. MATERIAL DE CONSUMO E BENS PERMANENTE

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 01: Aprimorar a gestão sustentável de estoque, material de consumo e bens permanentes no TJAP.				
META 01: Implantar 100% da Política de Gestão Sustentável de Material de Consumo e Bens Permanentes no TJAP até 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Programar melhorias tecnológicas nos sistemas de gestão e materiais de consumo.	Definir uma metodologia de gestão que possibilite melhorias no armazenamento, exatidão com modelo ágil e confiável de Gestão de Estoque.	Departamento de Informática e Telecomunicações / Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Identificar pontos de melhorias tecnológicas nos sistemas de gestão, bens permanentes e materiais de consumo.	Aliando-se a tecnologia à atividade administrativa, almeja-se a integração de dados e metadados que subsidiarão tomada de decisões acerca da melhor forma de gerir os bens permanentes e materiais de consumo.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Padronização dos modelos de impressora.	Padronizar formatação dos processos internos, buscando novos modelos de impressão, reduzido o consumo de papel e toner.	Departamento de Informática e Telecomunicações/Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Campanha de Consumo Consciente e Combate ao Desperdício: papel, suprimentos de impressão, copos descartáveis e água engarrafada.	Considerando o dever constitucional de zelar pelo meio ambiente, objetiva-se despertar a atenção de todos os colaboradores do Poder Judiciário Amapaense para a necessidade de postura ambientalmente responsável e eficiente.	Departamento de Informática e Telecomunicações/Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2026
Ampliação da Virtualização de processos judiciais e administrativos.	Auxiliar no processo de aprimoramento dos registros processuais primários e consolidação da Base de Dados, visando contribuir com os objetivos da justiça 4.0.	Departamento de Informática e Telecomunicações /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2022
Campanha de Consumo Consciente para desligar computadores, impressoras e demais equipamentos ao final de expediente.	Promover campanhas de incentivo ao uso das escadas, com a colocação de iluminação ativada por sensores de presença.	Departamento de Informática e Telecomunicações /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2. COPOS DESCARTÁVEIS

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 02: Racionalizar o uso dos copos descartáveis no TJAP.				
META 02: Reduzir, anualmente, em 5% o consumo de copos descartáveis até dezembro de 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Zerar a disponibilização de copos descartáveis em áreas comuns, exceto nas áreas de atendimento ao público.	O TJAP realizou campanha de conscientização por meio da entrega de xícaras aos colaboradores da Instituição, de forma simbólica, a prioridade será o impacto deste material no meio ambiente.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2026
Realizar campanha sobre: Impactos e prejuízos ambientais causados pela produção, uso e descarte dos copos descartáveis.	Copos descartáveis representam impactos ambientais desde a produção até descarte. O dever do Poder Judiciário é zelar pelo meio ambiente e buscar alternativas responsáveis.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2026
Realizar estudo de viabilidade que possa subsidiar a substituição (parcial ou integral) dos copos descartáveis por outras soluções no Poder Judiciário.	O Poder Judiciário busca alternativas que possam atender à demanda de maneira ecologicamente responsável, que devem ser vantajosas para o TJAP e meio ambiente.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/01/2022	30/12/2022

2.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de copos de 200 ml descartáveis.	Quantidade (centos) de copos de 200 ml/total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Semestral/Anual	3.295	Divisão de Gestão de Material
Gasto com aquisição de copos de 200 ml.	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 200 ml	Semestral/Anual	R\$ 6.676	Divisão de Gestão de Material
Consumo de copos de 50 ml descartáveis.	Quantidade (centos) de copos de 50 ml/total corpo funcional + força de trabalho auxiliar	Semestral/Anual	421	Divisão de Gestão de Material
Gasto com aquisição de copos de 50 ml.	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml.	Semestral/Anual	R\$ 402	Divisão de Gestão de Material
Gasto total com aquisição de copos descartáveis.	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200 ml + 50 ml).	Semestral/Anual	R\$ 7.078	Divisão de Gestão de Material



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

3. GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ÁGUA MINERAL ENGARRAFADA

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 03: Racionalizar o uso de água mineral engarrafada no Poder Judiciário Amapaense.				
META 03: Reduzir, anualmente, em 10% do consumo de água mineral envasada em garrafas de 1,5L, até 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Regulamentar o uso de água mineral em embalagens retornáveis e descartáveis no TJAP.	Seguindo as diretrizes sustentáveis nacionais, busca-se definir os casos em que a água mineral será consumida em embalagens retornáveis, bem como os casos excepcionais em que será consumida em embalagens descartáveis.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2026
Realizar estudo de viabilidade que possa subsidiar a substituição (parcial ou integral) dos bebedouros por purificadores de água	Almeja-se encontrar solução factível que possibilite a redução do impacto orçamentário de aquisição e estocagem de água mineral engarrafada (galões de 20 litros), bem como a mobilização para transporte e reposição de água.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2026
Realizar campanhas de conscientização acerca do consumo consciente de água mineral e prejuízos das embalagens descartáveis ao meio ambiente.	Objetiva-se despertar a atenção de todos os colaboradores do TJAP para a necessidade de adoção de postura ambientalmente responsável, eficiente e condizente com o interesse público.	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento	01/11/2021	01/12/2026

3.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Representa o consumo de embalagens retornáveis para água mineral envasada.	Mensal	2.253	Divisão de Gestão de Material
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Representa o gasto com água mineral em embalagens retornáveis (R\$).	Mensal	R\$ 17.846,00	Divisão de Gestão de Material
Consumo de água mineral em embalagens descartável total	Representa o consumo total de água mineral em embalagens descartáveis.	Mensal	24.516	Divisão de Gestão de Material
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Representa o gasto com água mineral em embalagens descartáveis (R\$).	Mensal	R\$ 40.989,00	Divisão de Gestão de Material
Gasto total com água mineral	Gasto total com água mineral (R\$).	Mensal	R\$ 58.835,00	Divisão de Gestão de Material



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4. GESTÃO DE IMPRESSÃO E USO EFICIENTE DE PAPEL

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 04: Reduzir a quantidade de impressão de papel no Poder Judiciário do Estado do Amapá.				
META 04: Reduzir em 8%, anualmente, a quantidade de impressão de papel no Poder Judiciário do Estado do Amapá, até 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Implantar a Política de Impressão.	Consolidar diretrizes para nortear a gestão sustentável da impressão de documentos no TJAP, redução do volume de impressão; Divulgação de ações para a conscientização de uso; Centralização da impressão por unidade administrativa; Configuração de impressoras; Ranking. Adoção de limite de impressão no interesse da Administração, outras diretrizes se for o caso.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022
Realizar estudo de viabilidade para reduzir a quantidade de equipamentos de impressão em consonância com as diretrizes da Política de Atualização do Parque Tecnológico.	Identificar se a distribuição de equipamentos de impressoras pode ser reduzida nas unidades.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022
Realizar levantamento das unidades/atividades com maior número de impressões e realização de estudo de soluções já existentes em outros órgãos públicos e que possibilitem eventual Convênio.	Identificar quais atividades/procedimentos são realizadas por meio da impressão de documentos com intuito de encontrar uma alternativa inovadora e sustentável.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022
Realizar campanha de conscientização de redução da impressão de papel.	Dar conhecimento aos servidores e magistrados sobre os impactos relacionados ao consumo de papel, prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente aos dados do consumo e impressão de papel e demonstrar a importância da participação e consciência de cada um.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de papel não reciclado próprio	Representa a quantidade consumida de resmas de papel não reciclado adquiridas pelo TJAP.	Mensal	2.889	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Gasto com papel não reciclado próprio	Representa a despesa com a compra de papel não reciclado.	Mensal	R\$ 32.217	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo de papel reciclado próprio	Representa a quantidade consumida de resmas de papel reciclado adquiridas pelo TJAP.	Mensal	0	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Gasto com papel reciclado próprio	Representa a despesa com a compra de papel reciclado.	Mensal	0	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo de papel próprio	Representa a quantidade consumida de resmas de papel adquirido pelo TJAP.	Mensal	2.889	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Gasto com papel próprio	Representa a despesa total com o papel realizado pelo TJAP.	Mensal	R\$ 32.217	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo de papel não reciclado contratado.	Representa a quantidade consumida de resmas de papel não reciclado fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Mensal	2.889	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo de papel reciclado contratado	Representa a quantidade consumida de resmas de papel reciclado fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Mensal	0	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo de papel contratado	Representa a quantidade total consumida de resmas de papel fornecidas por empresa contratada para serviços de impressão e reprografia.	Mensal	2.889	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento
Consumo total de papel branco e reciclado.	Representa o consumo total de resmas de papel próprio e contratado, reciclado e não reciclado.	Mensal	R\$ 32.217	Divisão de Gestão de Material /Assessoria de Planejamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

4.2 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Quantidade de impressões	Representa a quantidade total de impressões realizado nos equipamentos do TJAP, próprios ou locado, inclusive impressões oriundas dos contratos de serviço de impressões.	Mensal	1.444.500	Departamento de Informática e Telecomunicações
Quantidade de equipamentos instalados	Representa a quantidade de equipamentos de impressão, próprios ou locados, instalados ao final do ano, inclusive os equipamentos utilizados nos contratos terceirizados de serviço de impressão e reprografia.	Mensal	567	Departamento de Informática e Telecomunicações
Desempenho dos equipamentos instalados	Representa a quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.	Mensal	2.547,6	Departamento de Informática e Telecomunicações
Gasto com aquisições de suprimentos	Representa a despesa realizada com aquisição de suprimentos de impressão.	Mensal	R\$ 98.915	Departamento de Informática e Telecomunicações
Gasto com aquisição de impressoras	Representa a despesa realizada com a aquisição de equipamentos de impressão.	Mensal	R\$ 140.000	Departamento de Informática e Telecomunicações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

5. GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS CONTRATAÇÕES

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 04: Fomentar a sustentabilidade nas contratações do Poder Judiciário.				
META 04: Implantar o Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis, no âmbito do TJAP, até dezembro de 2022.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Institucionalizar a adoção de um Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ou Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis a ser utilizado no âmbito deste Poder.	Estabelecer o período de "vacatio legis" para que as novas contratações, a partir da implantação do Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis, observem os critérios, as disposições e as especificações contidas no referido catálogo.	Departamento de Compras e Contratos	01/01/2022	01/12/2026
Revisar os normativos institucionais atinentes à contratação sob a ótica da sustentabilidade, incluindo critérios de sustentabilidade, quando possível.	Em razão da instituição da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, havendo a necessidade de levantamento das normas internas que versem sobre contratação e a devida revisão e adequação às diretrizes da sustentabilidade.	Departamento de Compras e Contratos	01/01/2022	01/12/2026
Avaliar se as contratações realizadas a partir da implantação do Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis estão observando os critérios de sustentabilidade dispostos.	Mensurar as contratações realizadas em consonância com o Catálogo de Bens e Serviços Sustentáveis.	Departamento de Compras e Contratos	01/01/2022	01/12/2026
Desenhar fluxo de inserção de novos critérios de sustentabilidade e de novos objetos não dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis adotados.	Criar o fluxograma orientador acerca dos procedimentos de inclusão de novos critérios de sustentabilidade e de novos objetos não dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis adotados.	Departamento de Compras e Contratos	01/01/2022	01/12/2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

6. GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS VEÍCULOS

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 05: Aperfeiçoar a gestão de combustível e frota de veículos no Poder Judiciário Amapaense.				
META 05: Reduzir em, no mínimo, 5% o consumo de combustível fóssil, da frota própria, até dezembro de 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Elaborar um Plano de Manutenção Preventiva nos veículos oficiais.	Por meio da análise criteriosa e otimizada das rotinas de manutenção preventiva concernente à frota de veículos institucionais, busca-se a promoção de uma gestão eficiente das manutenções dos veículos, haja vista a relevância da atividade para a continuidade do uso da frota, bem como para evitar danos sérios e onerosos ao veículo.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2026
Realizar estudo de viabilidade que possa subsidiar a substituição (parcial ou integral) da frota de veículos do Poder Judiciário Amapaense por uma frota de veículos terceirizada.	Busca-se a desonerar o Poder Judiciário de envidar esforços orçamentários, tecnológicos e de pessoal para gerir e manter as atividades de transporte e gestão de frota de veículos institucionais, de modo que, tendo em vista não constituir sua atividade.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2026
Terceirizar, no mínimo, 50% da frota de veículos e motoristas até dezembro de 2026.	A frota própria mobiliza colaboradores para lidar com atividades não essenciais ao TJAP (direção/pilotagem de veículos, pagamento de multas, promoção de limpeza, ações de rastreamento e monitoramento de veículos, reparos de avarias, dentre outros), bem como demanda espaço para guarda dos veículos e uso de recursos orçamentários para a manutenção preventiva e reparatória.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

6.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Quilometragem	Quilometragem total percorrida pelos veículos, próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual	709.971	Departamento Administrativo
Quantidade de veículos a gasolina	Quantidade total dos veículos, movidos exclusivamente a gasolina, existentes no TJAP ao final do período- base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos a etanol	Quantidade total de veículos, movidos exclusivamente a etanol, existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, seja própria ou locada.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos flex	Quantidade total de veículos flex, movidos à gasolina e etanol, existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos a diesel	Quantidade total de veículos, movidos exclusivamente a diesel, existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos a gás natural	Quantidade total de veículos, movidos exclusivamente a Gás Natural Veicular (GNV), existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal /Semestral/Anual		Departamento Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Quantidade de veículos híbridos	Quantidade total de veículos híbridos, ou seja, movidos por eletricidade e combustíveis, existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos elétricos	Quantidade total de veículos elétricos existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos	Quantidade total de veículos existentes no TJAP ao final do período-base, incluindo veículos de serviço, de transporte de magistrados e veículos pesados, sejam próprios ou locados.	Mensal /Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Quantidade de veículos de serviço	Quantidade total de veículos de serviço, próprios ou locados, utilizados para atividades laborais. Não se computam veículos utilizados exclusivamente por magistrados.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Gasto com manutenção de veículo	Despesa realizada com pagamento de serviços de manutenção dos veículos do TJAP (Contratos e serviços relacionados, como: peças de reposição, pneus, lubrificantes, custo com oficina, seguro, lavagem, serviços terceirizados, entre outros), exceto gasto com combustível e terceirização de motoristas.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Gasto relativo com manutenção de veículo	Despesa total realizada com manutenção de veículos em relação à quantidade total de veículos.	Mensal/Semestral/Anual		Departamento Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

7. COMBUSTÍVEL

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 07: Aperfeiçoar a gestão de combustível no TJAP.				
META 07: Reduzir em, no mínimo, 5% o consumo de combustível fóssil, da frota própria, até dezembro de 2023.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Institucionalizar e publicizar cronogramas ordinários de viagens/locomoções.	Objetivando-se uma gestão integrada e eficiente das rotas a serem feitas em viagens/locomoções ordinárias, revela-se uma boa prática a publicização antecipada de cronogramas das locomoções de maneira que possa ocorrer intercâmbio de informações entre as unidades do PJRO e, conseqüentemente, uso eficiente de cada locomoção institucional.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2026
Realizar, no mínimo, 03 ações de conscientização acerca da gestão sustentável de combustível e da responsabilidade ambiental pela redução da emissão de gases nocivos ao meio ambiente e à saúde.	Considerando o dever constitucional de o Poder Público zelar pelo meio ambiente, bem como por uma atuação eficiente, objetiva-se despertar a atenção de todos os colaboradores do Poder Judiciário Rondoniense para a necessidade de adoção de postura ambientalmente responsável, eficiente e condizente com o interesse público e os valores constitucionais, de maneira que haja conscientização acerca da possibilidade de velar pelo meio ambiente não só como servidor, mas, também, como cidadão.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

7.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de gasolina (CG)	Representa a quantidade total de litros de gasolina (comum e aditivada) consumida por veículos do TJAP.	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo de etanol (CE)	Representa a quantidade total de litros de etanol consumido por veículos do TJAP.	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo de diesel (CD)	Representa a quantidade total de litros de óleo diesel (comum, S50, S10 e outros) consumido por veículos do TJAP.	Mensal /Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo de gás natural (CGN)	Representa a quantidade total de metros cúbicos de gás natural veicular (GNV) consumido.	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo relativo de etanol e gasolina	Representa a quantidade relativa de litros de etanol e gasolina consumidos por cada veículo.	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo relativo de diesel (CRD)	Representa a quantidade relativa de litros de diesel consumido por cada veículo.	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026
Consumo relativo de gás natural	Representa a quantidade relativa de metros cúbicos de gás natural veicular consumido por cada veículo	Mensal/Semestral/Anual	01/01/2022	01/12/2026



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

8. SERVIÇO DE LIMPEZA

OBJETIVO 08: Assegurar a gestão sustentável dos gastos com serviços e material de limpeza no Poder Judiciário do Estado do Amapá.

META 10: Garantir as obrigações à adoção de boas práticas ambientais sejam cumpridas pela prestadora do serviço de limpeza, até 2023.

AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Realizar estudo para identificar produtos de limpeza biodegradáveis a serem utilizados pela terceirizada.	Verificar a disponibilidade do mercado local em oferecer produtos de limpeza biodegradáveis para utilização da prestadora do serviço.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar para possibilidade de exigência de percentual de inclusão de cotas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas vagas de emprego das prestadoras de serviço.	Promover a inclusão social por meio da contratação de serviços terceirizados de limpeza. Seria instrumentalizado um acordo interno com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para identificar as vítimas para que sejam oferecidas oportunidades de trabalho	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Identificar quais materiais de limpeza está sendo adquiridos pelo TJAP para possibilitar uma melhor gestão.	Promover a gestão da aquisição de materiais de limpeza, identificando quais os materiais de limpeza estão adquiridos pelo TJAP.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar ação de conscientização com os funcionários da terceirizada dos serviços de limpeza.	Apresentar as principais ações relacionadas à coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos, bem como o papel dos terceirizados no TJAP.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar uma ação de valorização para os funcionários da terceirizada dos serviços de limpeza, anualmente.	Promover a inclusão social, contribuir para o clima organizacional e melhorar a imagem do TJAP.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022

8.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Gastos com contratos de limpeza no período-base	Despesa total realizada com contrato de limpeza no TJAP em relação à área contratada.	Semestral/Anual	R\$ 3.072.276,22	Departamento Administrativo
Gastos com material de limpeza	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza.	Semestral/Anual		Departamento Administrativo
Gastos com contratos de limpeza no período-base	Representa o total da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de limpeza durante o período-base.	Semestral/Anual	R\$ 3.072.276,22	Departamento Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

9. ÁGUA E ESGOTO

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 07: Reduzir os gastos com água tratada e esgoto no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá.				
META 07: Reduzir, anualmente, em 2% os gastos com água tratada e esgoto no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, até 2023.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Realizar estudo de viabilidade de substituição da água consorciada pela captação de água subterrânea nas unidades prediais do TJAP.	Reduzir os custos com consumo de água tratada, investindo em perfuração de poço nas unidades prediais que ainda são atendidas exclusivamente pelas concessionárias e instalar hidrômetros.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar manutenções preventivas periódicas e dar continuidade à implantação de soluções mais eficientes e captação de água pluvial nas novas estruturas.	Dotar as unidades prediais existentes com aparelhos sanitários econômicos e torneiras de pressão com desligamento automático e desenvolver novos projetos de construção contemplando o reuso de água pluvial.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar estudos para verificar se as unidades prediais necessitam de adequação ou modernização dos sistemas de Tratamento de Esgoto.	Verificar se as contribuições de esgoto estão atendendo normativas ambientais e regularizar junto aos órgãos competentes.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022
Realizar campanhas de conscientização do uso da água.	Conscientizar os clientes sobre a importância da economicidade dos recursos, dar transparência das planilhas de consumo.	Departamento Administrativo	01/01/2022	01/12/2022

9.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de água	Representa o consumo total de água encanada fornecida pela concessionária aos prédios do TJAP.	Mensal/Anual	19.560	Divisão de Gestão de Material
Gasto com água	Valor monetário bruto de todas as faturas de água encanada do TJAP.	Mensal/Anual	R\$ 192.262	Divisão de Gestão de Material
Consumo relativo de água	Representa o consumo total de água encanada fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	Mensal/Anual	19.560	Divisão de Gestão de Material
Gasto relativo com água	Total das faturas de água encanada.	Mensal/Anual	R\$ 192.262	Divisão de Gestão de Material



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

10. ENERGIA

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 07: Reduzir o consumo de energia elétrica no Poder Judiciário do Estado do Amapá.				
META 07: Reduzir, anualmente, em 2% o consumo de energia elétrica por m ² de área construída do Poder Judiciário Amapaense, até 2023.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Realizar campanha de conscientização de consumo sustentável de energia elétrica.	Conscientizar os clientes sobre a importância da economicidade dos recursos, dar transparência das planilhas de consumo e prestigiar as boas práticas	Departamento Administrativo	01/01/2022	30/12/2026
Realizar manutenções preventivas periódicas e dar continuidade à implantação de soluções mais eficientes, tais como iluminação LED e sistemas de climatização e equipamentos energéticos modernos e econômicos.	Substituição de materiais e do parque de equipamentos com baixa eficiência energética que impactam diretamente no alto consumo de energia elétrica.	Departamento Administrativo	01/01/2022	30/12/2026
Realizar estudo de viabilidade acerca da utilização de energia solar no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.	Implantação de energia limpa, renovável e sustentável, com investimento que podem dar retorno em curto espaço de tempo.	Departamento Administrativo	01/01/2022	30/12/2026

10.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Consumo de energia elétrica total	Representa o consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.	Mensal/Anual	3.355.411	Departamento Administrativo
Gasto com energia elétrica total	Representa o valor monetário bruto de todas as faturas de energia elétrica dos prédios do TJAP.	Mensal/Anual	R\$ 1.523.219	Departamento Administrativo
Consumo relativo de energia elétrica	Representa o valor monetário total das faturas de energia elétrica, em valores brutos, em relação à área total do órgão.	Mensal/Anual	26,87	Departamento Administrativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

11. GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 12: Aprimorar o Serviço de Comunicação Unificada no Poder Judiciário do Estado do Amapá.				
META 14: Adequar o Sistema de Comunicação Unificada, até 2026, para que 100% das ligações telefônicas intrainstitucionais sejam realizadas mediante o sistema, sem geração de custo adicional perante a concessionária do serviço de telefonia.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Identificar quais unidades estão fazendo ligações que não sejam por meio do ramal.	Considerando que a implantação do Sistema de Comunicação Unificada é recente, algumas unidades podem ainda não estar habituadas à sua plena utilização, então deverá ser verificado se existem unidades que necessitam de orientação, bem como realizar o ajuste das programações para que as ligações sejam direcionadas de forma correta.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022
Institucionalizar a utilização do Jaber, ou aplicativo similar e equivalente, como ferramenta para os colaboradores que se encontrarem em trabalho remoto.	Para que não haja custos extras com ligações para telefone móvel, deverá ser verificada a possibilidade da utilização de aplicativos interfaceados com o Sistema de Comunicação Unificada do PJRO para que os magistrados e servidores em trabalho remoto possam realizar as ligações dentro dos procedimentos regulamentados.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022
Regulamentar o serviço de comunicação unificada no âmbito do TJAP.	Institucionalizar os procedimentos necessários para regulamentar o serviço de comunicação unificada no âmbito do TJAP.	Departamento de Informática e Telecomunicações	01/01/2022	01/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

11.1 PAINÉIS DE INDICADORES

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO BASE (2020)	RESPONSÁVEL
Gasto com telefonia fixa	Representa a despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia de Sistema de Comunicação Unificada.	Mensal/Anual	R\$ 94.262,00	Departamento de Informática e Telecomunicações
Linhas telefônicas fixas	Representa a quantidade total de linhas telefônicas fixas, incluindo linhas fixas, ramais e terminais.	Mensal/Anual	46	Departamento de Informática e Telecomunicações
Gasto com telefonia móvel	Representa a quantidade total de linhas telefônicas móveis, (celulares, dados e assinaturas).	Mensal/Anual	R\$ 137.706,00	Departamento de Informática e Telecomunicações
Linhas telefônicas móveis	Representa a despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel em relação à quantidade de linhas móveis. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura.	Mensal/Anual	175	Departamento de Informática e Telecomunicações
Gasto total com telefonia	Representa a despesa total realizada com serviços de telefonia fixa e móvel.	Anual	R\$ 231.968,00	Departamento de Informática e Telecomunicações



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

12. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PLANO DE AÇÃO				
OBJETIVO 07: Destinar os resíduos do Poder Judiciário do Estado do Amapá de forma ambientalmente correta.				
META 07: Aumentar em 10% o volume de resíduos destinados de forma ambientalmente correta, anualmente, até 2026.				
AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e o Plano de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, incluindo normativos internos e capacitação do corpo funcional e de terceirizados.	Destinar os resíduos sólidos, gerados na fonte do PJRO, de forma ambientalmente correta, atendendo a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar estudo para firmar termo de parceria com cooperativas locais dos catadores de materiais recicláveis.	Realizar a coleta seletiva solidária destinando resíduos recicláveis às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e promovendo a inclusão social e produtiva dos catadores de resíduos recicláveis, conforme preceitua a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar estudo para implantar ação setorial de logística reversa de resíduos perigosos com outros órgãos.	Promover o desenvolvimento sustentável local incentivando parcerias multisetoriais.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar campanhas de conscientização sobre a geração de resíduos, no âmbito institucional e pessoal.	Promover a conscientização quanto à geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar estudo de viabilidade para abertura de um Ponto de Entrega Voluntária (PEV) na cidade de Macapá em parceria com órgãos.	Promover o desenvolvimento sustentável local incentivando parcerias multisetoriais.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

13. GESTÃO DA CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO 07: Capacitar e sensibilizar, diretamente, magistrados e servidores na temática de Sustentabilidade.

META 07: Capacitar e sensibilizar diretamente, no mínimo, 15% (quinze por cento) dos magistrados e dos servidores, anualmente, na temática de Sustentabilidade.

AÇÃO	CONTEXTUALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Realizar, anualmente, evento em parceria com instituições sobre Sustentabilidade.	Objetivando ampliar conhecimentos técnicos das equipes a respeito da sustentabilidade e abrir espaço para a discussão da temática, envolvendo organizações privadas, instituições públicas, academia, escolas e demais partes interessadas.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar, anualmente, 02 (duas) oficinas de capacitação e/ou sensibilização na temática de Sustentabilidade em parceria com Instituições de Ensino.	Interagir com a sociedade e alinhar-se às políticas públicas e às ações desenvolvidas por organizações comunitárias locais.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar, anualmente campanhas de sensibilização no âmbito do TJAP sobre Sustentabilidade.	Sensibilizar indiretamente todas as pessoas que terão acesso às campanhas envolvendo temáticas relacionadas à sustentabilidade.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Realizar capacitação sobre a Política de Governança das Contratações Públicas.	Capacitar os colaboradores do TJAP a respeito da Política de Governança das Contratações Públicas, considerando as normas do CNJ e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Introduzir no escopo dos cursos realizados pela EJAP, capacitações, disciplinas, atividades no que tange à sustentabilidade.	Sensibilizar diretamente os discentes dos cursos de pós-graduação e demais capacitações no que tange à sustentabilidade.	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022
Fomentar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá.	Fomentar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do TJAP, relacionando capacitações, projetos e demais iniciativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	Assessoria de Planejamento	01/01/2022	01/12/2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL